

CONVERGÊNCIA E CISÃO NA GÉNESE DO IMPÉRIO ROMANO

Custa a crer, à primeira vista, como é que o Povo Romano, habituado desde longa data a um regime republicano que, pelo menos na aparência, a todos dava oportunidade de intervir nos destinos do Estado, parece ter aceitado com relativa facilidade a monarquia protagonizada pelo imperador Augusto.

Na verdade, há factores diversos que convergem para tal concretização e talvez não seja despropositado falar-se de cansaço: um cansaço das guerras civis que haviam acarretado consigo todo um cortejo de malefícios, quer de ordem social quer, sobretudo, económica. Ansiava-se pela paz e não é em vão que Cícero proclama: «Que as armas cedam o lugar à toga!».

Augusto instala-se, adopta de imediato uma série de medidas inteligentes que vêm consolidar em torno de si essa convergência de interesses. Há, porém, sempre latente um saudosismo republicano, dos tempos áureos das reivindicações vitoriosas, que só espregueia a oportunidade para fomentar a cisão.

Esse, o panorama que ora me proponho traçar. Em reflexão onde, quiçá, amiúde ressumbraremos actualidade.

1. As cisões que geraram a convergência

Podem dizer-se que o princípio do fim do regime republicano em Roma está directamente ligado ao facto de, em 107, quando é eleito cônsul, Mário se ter visto a braços com uma guerra contra os Cimbrós e os Teutões e de não dispor de gente bastante que deseje alistar-se no exército. Opta, pois, por incorporar todos os que o quisessem fazer, independentemente de pertencerem, ou não, a uma das cinco classes do censo, em que, de acordo com a tradição, o rei Sêrvio Túlio dividira, em tempos idos, a sociedade romana.

Mário limitou-se, no fundo, a dar forma a um facto já existente: o exército só aparentemente era «classista», pois que, na realidade, a «proletarização» – ou seja, a incorporação de *proletarii* (os que nada têm a não a ser a riqueza da sua prole...) – era por demais evidente. Esta inovação de Mário não introduzia, por consequência, nenhuma mudança visível nem na composição social nem na mentalidade do exército.

De qualquer modo, deve assinalar-se que, doravante, em consequência desta abertura, o exército vai ser constituído, cada vez mais, unicamente por voluntários, que vêm no serviço militar não um «serviço» à Nação, um dever patriótico, um direito cívico, mas sim uma verdadeira profissão. E, pouco a pouco, esse exército deixará de estar ao serviço do Senado e do Povo Romano para começar a ser o exército de um general, daquele que mais regalias oferecer. O exército «nacional» dá lugar bem depressa a exércitos privados, de voluntários e profissionais. Como sublinha Emílio Gabba (1973, 67), «o soldado acaba por considerar-se exclusivamente *miles Caesaris* ou *miles Cn. Pompei* e, com isso, o exército deixa de ser da República para, na prática, passar a ser privado».

Poderia pensar-se, à partida, que Mário, mesmo assim, não conseguiria efectivos. Com isto contavam, aliás, os *optimates*, que pouca importância parecem ter ligado à inovação, até porque ela vinha resolver-lhes facilmente um problema sério de integridade territorial, sem que alguns dos seus carecessem de pegar em armas; outros o fariam por eles.

Não foi, porém, «a plebe da cidade – ligada por laços de clientelismo à nobreza e mais inclinada a viver com as *frumentationes* do que a arriscar a vida na batalha e à qual se deve referir, por isso, a presunção dos *optimates* – mas a plebe rural (a quem os Gracos já se haviam dirigido) que constituiu o nervo do exército proletário de Gaio Mário» (Gabba 1973, 38).

Porque se alistou, então, a plebe rural?

É que aos veteranos do exército africano de Mário já tinham sido distribuídas terras:

«O verem realizada na prática a promessa de recompensas que Mário fizera já em 107 a. C. deve ter sido um motivo muito forte para levar o proletariado romano a alistar-se, como se confirma pela energia de que os veteranos deram prova, no ano 100, ao fazerem valer os seus direitos» (Gabba 1973, 40).

E será também essa «pauperização» das legiões, aliada ao baixo soldo que os seus membros auferem, que explicará as pilhagens, a indisciplina e consequente mediocridade da sua eficácia bélica, o enfraquecimento do sentimento nacionalista.

Existe, pois, a possibilidade de, pela via militar, vir a reconstituir-se a classe média, desiderato que os Gracos haviam tentado atingir mediante reformas legais.

Não há, todavia, por parte deste soldado, qualquer consciência política. Ele provém de estratos sociais rurais ainda totalmente alheios a uma participação directa na vida da Urbe e não se apercebe do poder que efectivamente detém.

O certo é que a utilização política do poder militar vai ser, daqui por diante, uma constante. César não terá pejo em afirmar que deve o seu poder ao exército. E, progressivamente, a consciencialização vai-se operando, designadamente por causa das guerras civis. O soldado acabará por verificar que, afinal, a sua acção é importante e que tem capacidade para intervir numa luta que, até aí, era apenas apanágio de famílias nobres. Manter-se-á ainda, por largo tempo, a separação clara entre a vida política e a vida militar – mas o serviço militar assume-se, nestes finais da República, como válida forma de inserção, na política, das camadas economicamente mais desfavorecidas.

Poder militar utilizado politicamente: aí está o detonador necessário e suficiente para o eclodir das guerras civis.

A primeira, entre Mário e Sula. Vitorioso em 88 – a sua entrada em Roma, armado, constitui algo de inaudito, blasfemo quase – Sula afasta Mário e parte para o Oriente, a fim de combater Mitridates IV, rei do Ponto. Mário aproveita esta ausência e regressa. Não se contém e comete excessivas atrocidades, vindo a morrer em 87. Entretanto (87-84), Sula conduz vitoriosamente, no Oriente, a luta contra Mitridates. Ao voltar, cede à tentação de vingar-se: ordena violentas proscricções e faz-se nomear ditador, suprimindo todas as vantagens que a plebe alcançara no decorrer dos séculos. Abdica e morre em 78.

É desse período a resistência dos Lusitanos comandados por Sertório. Nomeado, em 83 a. C., pretor da província da Hispânia Citerior, Sertório aderiu à causa de Mário, organizou um exército e aceitou o convite que, em 80 a. C., os Lusitanos lhe dirigiram para chefiar a luta armada que mantinham contra os Romanos. Uma guerrilha que durou onze anos e cuja vitória só a traição de Perpena viria facilitar a Pompeu, em 72. Como glorificador testemunho da sua vitória hispânica, Pompeu mandou erguer no alto da montanha fronteiriça, para lá de Pamplona, um monumento triunfal, em jeito de *Trophaeum Pompei* (recentemente escavado sob co-orientação de Isabel Rodà).

Entretanto, Marco Licínio Crasso, à frente de oito legiões, lograra vencer Espártaco, o trácio que comandava, na Sicília, a revolta dos gladiadores.

Há, porém, um outro general que entra em cena: César. E os três decidem partilhar o poder entre si: é o primeiro triunvirato. Não por muito tempo, aliás, se manterá essa união. Crasso morre, em 58, numa expedição infeliz contra os Partos. E depressa César e Pompeu iniciarão hostilidades, que terminarão na batalha de Farsália (9 de Agosto de 48) e, definitivamente, em Março de 45 (batalha de *Munda*, na Península Ibérica).

César teve papel importante na politização do exército:

a) duplicou o soldo;

b) fomentou nos seus homens o gosto pela aventura, o espírito de corpo, a dedicação ao chefe, o espírito «nacional», o sentimento da honra (conta Suetónio que, um dia, lhes chamou «cidadãos» em vez de «soldados» e eles ficaram ofendidos...);

c) em 55, facultou aos soldados uma ida a Roma, a fim de poderem votar (o voto correspondia à garantia de terras para os veteranos).

Nos idos de Março de 44, César é assassinado em pleno Senado. Octávio, seu filho adoptivo, reivindica a sucessão e, com ele, Marco António e Lépido. Novo triunvirato se forma, portanto.

Lépido é bem depressa afastado do poder; Octávio e Marco António, apesar de um ter ficado com o Ocidente e outro com o Oriente, cedo se incompatibilizam.

A 2 de Setembro, na batalha de Áccio, Octávio vence Marco António e Cleópatra, por quem este apaixonara. A vitória é saudada como o advento de um mundo novo, o prenúncio de uma paz por que, desde há muito, se aspira. Vai aceitar-se bem a monarquia absoluta. Corriam vozes de que se esperava um «salvador» e ele aí estava.

Cunha-se, em Nîmes, uma moeda em que, de um lado, se proclamava *Aegyptio capta* e, do outro, se figurava uma palmeira cravada no dorso de crocodilo agonizante que, em vão, alça ameaçadora cauda... Todo um simbolismo claro, de supremacia política e, também, de orientação económica (cf. Veyrac 1998).

Na colina sobranceira ao golfo da costa ocidental grega onde a batalha naval se travou e em cuja margem Augusto mandou construir a cidade de Nicópolis (assim chamada em homenagem ao burro *Nicon*, com que Octávio se cruzara antes da batalha e que considerara, devido ao nome, um bom preságio – cf. Suetónio, *Augusto*, 96.2), edificou-se solene trofeu, consagrado a Neptuno e a Marte, ornado com as proas de bronze dos navios aprisionados (Suetónio, *Augusto*, 18.2).

Em Janeiro do ano 27, Octávio recebe o título de *Augustus* e inaugura o Principado.

Circunstâncias sociais, políticas e económicas tinham – em convergência – preparado o seu advento.

As guerras civis, enfim terminadas, haviam desacreditado os militares. Começara a gerar-se um fosso entre eles e os civis. Até há pouco – pelo menos em teoria – o militar era cidadão, o cidadão um militar.

No final da República, o Estado detém nas suas mãos, como acentuou Sgoluppi (1977), uma parcela cada vez mais significativa da economia, devido aos consideráveis tributos das províncias e às frequentes e abundantes emissões de moeda em metais provenientes de várias origens. O Estado transforma-se no principal empregador e dele começa a depender uma pequena burguesia de homens de negócios, de técnicos e de funcionários.

Ao diminuir, ante o desenvolvimento comercial, o peso económico das propriedades agrárias, a aristocracia deixa de poder sustentar tantos clientes e perde, por isso, força eleitoral. Importa, porém, não esquecer que – como, aliás, o demonstrou Claude Nicolet (1966) e o reforçou Henriette Pavis d'Escurac (1977) – os cavaleiros, além de homens de negócios, eram amiúde também terratenentes, uma vez que o Estado exigia em terras a caução a apresentar pelos adjudicatários das hastas públicas. Por isso, muitos aristocratas – apesar de não se terem dedicado abertamente ao comércio – dele auferiram proventos, quer através de empréstimos, quer mediante a utilização do seu pessoal servil e liberto em operações por sua conta ou por conta de cavaleiros.

Mas, no fundo, esse capitalismo privado passa a estar cada vez mais sujeito ao Estado e quem detiver, de facto, o poder político terá inúmera clientela – porque todos dele dependem para a sua subsistência, carreira e estatuto social.

Há, conseqüentemente, neste rescaldo das guerras civis, um desejo de pacificação e de normalização da vida política, económica e social. Quem se puder apresentar com trunfos fortes para ser visto como salvador, terá toda a população a seus pés. Daí que, como vimos, a vitória de Áccio tenha sido considerada o prenúncio de uma nova aurora. Daí que facilmente Octávio haja sido aceite como esse salvador. O movimento jurídico (cf. Guarino 1980) nada mais fez do que dar forma institucional aos anseios que se faziam sentir. Por isso, ao redigir o seu «testamento» político, as *Res Gestae* (cf. Canali 1973), Augusto não vá ter pejo em peremptoriamente afirmar:

«Aos dezanove anos, a expensas minhas, organizei um exército e com ele libertei o Estado do domínio das facções».

A convergência estava obtida. Urgia, agora, consolidá-la. E isso Augusto o vai fazer com mão de mestre.

2. Os caminhos da convergência

2.1 *A inovação na continuidade*

Ao declarar que assumira o poder através da força militar, Augusto está a reconhecer, expressamente, que o poder das armas está na base do seu mandato.

De resto, ele próprio o ratifica quando faz do título *imperator* (que, na República, designava o supremo comandante militar e era outorgado, em aclamação, após retumbante vitória) uma parte integrante – e a primeira – do seu nome imperial. Dizendo-se *imperator*, Augusto afirma oficialmente o seu valor militar, a sua condição de vitorioso. Não é, ainda, uma condição do poder, como o será, por exemplo, no século III, é uma qualificação pessoal de Octávio.

Mas, por outro lado, o imperador tem consciência de que necessita de justificar o poder que assumiu. Precisa que a população o aceite. Por isso se apresenta como libertador («Libertei o Estado do domínio das facções»...), sendo, portanto, apenas «o melhor dos cidadãos», o mais sábio, o mais digno, o mais magnânimo; o homem providencial por que Cícero suspirara vinte anos antes, no seu *De Republica* («Que as armas cedam o lugar à toga!»). Por isso, os deuses estão do seu lado.

Desta sorte, além do nome *imperator*, vai adoptar um outro, o de *Augustus*, que etimologicamente significa «o que aumenta» e que detém ampla conotação sagrada: esse «aumento» da República só poderá lograr êxito se tiver o apoio divino.

A utilização política da religião vai manifestar-se, porém, de um outro modo ainda mais evidente: Augusto prepara, disfarçadamente, o seu próprio culto. Autoriza que os habitantes da Ásia edifiquem um templo em sua honra e lhe prestem culto. Em Roma, é mais prudente: são veneradas, apenas, algumas das suas qualidades: a *Pietas*, a *Clementia*... Em 26 a. C., o Senado e o Povo de Roma oferecem-lhe um significativo escudo, de que hoje há um exemplar no Museu de Arles: *chupeum Virtutis, Clementiae, Iustitiae, Pietatis erga Deos Patriamque*, reza a inscrição nele gravada. Ao seu Génio se erige uma capela (o Génio é o elemento divino que entra na personalidade imperial, o fundamento da sua vitória). É prudente e usa um curioso estratagema que prepara a sua posterior divinização: reside no Palatino (cf. Royo 1999), onde manda erguer um conjunto de edifícios consagrados a Apolo, cujo tem-

plo é o mais belo e magnífico da Urbe. A proximidade prepara a «osmose»: Augusto não proíbe que o refiram como... «filho de Apolo». De resto, no teatro de Arles, são duas estátuas de Augusto desnudado, em pose de Apolo, que ladeiam a cena. E havia ali um altar ao Apolo de Delfos e outro ao Apolo de... Áccio!

Como escreve Norbert Rouland, o culto imperial é o meio simbólico de tornar alguém super-homem, «mas o imperador entra em bicos de pés no panteão romano: o mais pequeno génio das águas ou dos caminhos é de natureza diferente da dele». «Augusto tem, pois», continua Rouland, «razão em se mostrar prudente: sugere, não se impõe. É *imperator*, mas tudo faz para que o não vejam como tal; não é deus, mas deixa que o proclamem» (1981, 245):

«A Itália inteira me prestou juramento de sua livre vontade e me reclamou como chefe na guerra que venci em Áccio» (*Res Gestae*, 25).

Acrescente-se que, segundo Robert Étienne (1974, 75-80 e 112-113), o culto imperial, esta entrega (*devotio*) ao imperador radica numa antiga prática ibérica: os membros de uma tribo consideravam-se totalmente devotados ao chefe a ponto de se suicidarem aquando da sua morte. Esse costume, ou melhor, a concepção ideológica a ele subjacente, teria obtido em Roma grande aceitação, dando origem ao culto imperial, que progressivamente se foi organizando a nível provincial e local, dispondo, inclusive, de sacerdotes próprios – os flâmines e as flâmínicas.

Um outro trunfo de que Augusto se vai servir para justificar o seu poder e obter convergências é apresentar-se não como um «revolucionário» mas como um continuador e, mesmo, um restaurador das antigas tradições (cf. *Res Gestae*, 8). É curioso ver como – com suprema habilidade política – o imperador «destrói em seu proveito todo o sistema republicano mas proclama o seu incondicional devotamento às tradições» (Rouland 1981, 259): «Não aceitei, no entanto, magistratura alguma que me fosse conferida contra os costumes instituídos dos nossos antepassados», diz no capítulo 6 das *Res Gestae*. E no capítulo 10: «A fim de não tomar o lugar de Sumo Pontífice em vida de meu colega, não obstante a vontade do povo, recusei este cargo sacerdotal (...)».

Para se manter, Augusto vai precisar também de banir da cena política os seus opositores e chamará para junto de si quem decisivamente o apoie. Tudo fará, porém, «dentro da legalidade»:

«Aqueles que mataram meu pai condenei-os ao exílio, vingando o seu crime com decisões legítimas; quando posteriormente moveram guerra contra o Estado, venci-os duas vezes em campo de batalha» (*Res Gestae*, 2).

Registe-se: decisões **legítimas**; e a guerra que moveram não foi contra ele mas contra o Estado...

Conduz, com firmeza, uma política de extinção da antiga nobreza, facilitada (aliás) pelo baixo índice de natalidade. Calcula-se que, ao tempo do imperador, já só existam 16% das famílias importantes da República, percentagem que, em 117, estará reduzida a 1%.

Em contrapartida – e para preencher as vagas em aberto – o imperador fomenta a entrada de “homens novos” para a classe senatorial, enquanto, nas províncias, vai permitir o acesso à cidadania dos burgueses municipais endinheirados (é a repressão pelo privilégio...). De resto, foi essa «classe média» – itálica e provincial – que favoreceu incondicionalmente o estabelecimento do novo regime, que lhes trazia a segurança necessária à sua actividade. Por outro lado, não estariam particularmente agarrados ao regime republicano, uma vez que não integravam os grupos dirigentes. E é, no fundo, a essa «Itália» que Augusto se refere no passo atrás transcrito (25) das *Res Gestae*. O clientelismo político será, assim, cada vez mais favorecido.

Augusto vai tornar o exército permanente.

Por uma razão de ordem externa: um exército temporário revelar-se-ia insuficiente para satisfazer as necessidades do Império, a braços com guerras prolongadas e extensa fronteira a defender.

Por razões de política interna: o soberano precisa de estar permanentemente apoiado por um exército profissional (Augusto terá sempre bem presente que foi o exército que o colocou no poder...).

Embora o serviço militar fosse teoricamente obrigatório para o cidadão, o exército romano é, na sequência do que atrás se disse, cada vez mais um exército formado por voluntários, pagos pelo erário militar, que, alimentado por duas fontes de receita – o imposto de 1% sobre as vendas em leilão e a taxa de 5% sobre as transmissões de bens por herança (*vigesima hereditarium*) –, se constitui também em cofre que hoje designaríamos de «pensão de reforma», porque daí provêm os fundos para os *praemia* da passagem à disponibilidade. De facto, a criação do exército permanente e a longa duração do serviço provocaram a necessidade de se prover à integração do veterano na vida civil. Daí que, além da recompensa pecuniária, Augusto haja providenciado no sentido de colocar os seus veteranos em colónias, atribuindo-lhes terras para cultivar (cf. *Res Gestae* 3, 15 e 16).

Ciente de que precisava de manter o exército na sua função exclusivamente militar (cedo Augusto se apercebeu de que não poderia dar azo a qualquer veleidade de actuação política por parte dos militares), o imperador chamou a si o comando supremo e total, um comando que exerce directa-

mente ou através de pessoas de sua confiança, em Roma, na Península Itálica e nas províncias.

São da sua competência a formação de novas unidades, a sua dissolução, o estabelecimento das condições de serviço, o licenciamento dos veteranos e a organização dos recrutamentos, que se processavam, na Península Itálica, através de enviados seus (*dilectatores missi* ou *dilectatores electi*), pertencentes à classe senatorial ou à classe equestre; nas províncias, por intermédio dos respectivos governadores, dos legados das legiões ou de encarregados especiais.

Que o imperador assume o exército como seu provam-no as expressões que usa oficialmente quando se lhe refere: fala dos *militēs mei*, «os meus soldados», do *exercitus meus*, «o meu exército», *classis mea*, «a minha armada» – quando, na República, a terminologia era muito outra: *populi Romani exercitus*, «o exército do Povo Romano»...

2.2 A cultura ao serviço da convergência política

Com a colaboração de Mecenas, que paga artistas e literatos, Augusto favorece o estabelecimento de um ambiente de louvor e propaganda ao regime que instaurara.

Tito Lívio escreve a sua história de Roma desde as origens, para mostrar que tudo se encaminhara para esta época gloriosa de Augusto: os grandes homens fazem a história inspirados pelos deuses...

O poeta Horácio escreve as *Odes* – em apoio da política rural do imperador.

Propércio, cantando o amor e não a guerra, filia-se na corrente ideológica que privilegia em Eneias o descendente de Vénus (Neto 1989).

Virgílio segue os mesmos princípios, defendendo, nas *Geórgicas*, o encanto da vida agrícola (cf. Joly 1974). O poema heróico *Eneida* é, por seu turno, o relançar de Augusto na aura mitológica: Eneias, fundador do poderio romano de que Augusto se apresenta como restaurador, é o antepassado da família imperial e é como tal que aparece no templo a *Mars Ultor*, que ocupa o centro do fórum de Roma construído por Augusto.

Talvez, como escreve Pierre Grimal (1985), Virgílio não tenha escrito conscientemente «um poema de propaganda política». Grimal prefere considerá-lo «ao serviço de toda a ideia romana»:

«Animado por uma fé intensa no destino da Pátria, julgou descobrir o segredo dos deuses: foi por a raça humana ter sido fundada por um herói justo e piedoso que Roma recebeu o império do mundo. A *Eneida* teve a ambição de revelar a lei secreta das coisas e de mostrar que o Império era o

resultado necessário de uma dialéctica universal, fase última dessa lenta ascensão para o Bem».

Atente-se, porém, com A. Levi (1983), que Virgílio captou perfeitamente o pensar de Augusto, demarcando-o, como era seu desejo, do perfil dos monarcas de tipo helenístico. Eneias, cujas relações privilegiadas com os deuses se alicerçam na *pietas*, não é um herói grego. A *imitatio Alexandri* romana é mais de origem mítica do que histórica e sempre contrabalançada pela insistência sobre a ascendência troiana, sentida como antigrega. Do mesmo modo, a política religiosa e as estruturas jurídicas e institucionais do Principado são claramente referidas à Roma arcaica, às suas lendas e tradições. É como que um «retorno às raízes» o que se pretende evocar. E os relevos da *Ara Pacis*, em Roma, são disso prova bem eloquente.

2.3 Grandes obras públicas

Finalmente, um trunfo não esquecido e sempre actual e actuante – a política de construções:

«Por ordem do Senado, mandei reparar 82 templos da cidade durante o meu sexto consulado, não sendo descuidado nenhum dos que ao tempo disso necessitavam» (*Res Gestae*, 20).

Sublinhe-se a preocupação em reparar templos, lugares da especial predilecção das gentes e demonstração cabal da *pietas* que deve aureolar o verdadeiro soberano. «Nenhum foi descuidado!»...

Mas há todo um rol de edifícios públicos que o imperador constrói ou manda reconstruir, conforme inteligentemente deixa testemunhado nas *Res Gestae* (capítulos 19 a 21).

Claro que não podemos ver nesta política apenas uma intenção propagandística. Conforme salientou – e muito bem – Thornton (1986), estamos também perante uma forma programada de manter ocupada a população e de suprir, desta forma, as suas necessidades quer de abastecimento quer de divertimento. Nada há pior para um Governo do que uma plebe urbana ociosa...

E, para dar corpo a toda essa importante política de obras públicas, encarrega Vitruvius de elaborar um manual de arquitectura (cf. Rua 1998 e *Le Projet* 1994), de modo que, pelo Império inteiro, as mesmas regras edilícias manifestem claramente a unidade, a ordem imperial... (Recordamos, no Estado Novo, as escolas primárias a obedecerem – de Norte a Sul do País, da orla marítima à recôndita aldeia de montanha, do Minho a Timor – à mesma traça, ao mesmo mobiliário e fotografias na parede... Nada há de novo sob o Sol!...).

3. Os gérmenes de uma cisão improvável

Religião, exército, política socioeconómica, literatura e arquitectura – factores privilegiados de uma convergência que, nas primeiras décadas, serenou adversidades, pois que vinha, afinal, ao encontro dos anseios de toda uma população martirizada.

A serenidade, porém, assentava numa revolução. Tibério e Gaio Semprônio Graco haviam-na tentado dois séculos antes. Foram completamente «massacrados» – porque eram precursores e os tempos ainda não estavam maduros. Augusto recolheu os louros e o proveito. Não palmilhou terreno movediço porque soube acautelar-se bem.

Mas o gérmem da cisão estava latente. E viria, mais uma vez, revelar-se por parte dos pensadores e, sobretudo, dos pensadores que, fora da alçada imperial (designadamente do ponto de vista geográfico), podiam mais facilmente fazer ainda ouvir a sua voz. Não nos chegaram muitos ecos, porque (suspeitamo-lo) Augusto tudo terá feito para os silenciar. Todavia, aqui e além, descobrem-se as vozes dissonantes.

Recordarei, apenas, a título de exemplo, o resultado da pesquisa levada a efeito por Alonso-Nuñez (1982). Este investigador logrou detectar dois tipos de oposição que, embora de orientação diferente, se reclamam ambos da doutrina estoica, uma filosofia, de resto, que, na história de Roma, sempre encontramos por perto do poder, adulando-o ou contrariando-o.

Assim, no que ao reinado do imperador Augusto diz respeito, Alonso-Nuñez frisa a posição assumida por dois pensadores, Timogenes, de ascendência grega mas natural do Egipto, e o gaulês Trogo Pompeu: certamente movidos por objectivos diferentes mas alicerçando o seu modo de ver a política numa concepção universalista do processo histórico, manifestam oposição à tendência romanocêntrica e imperialista do *princeps*. Por seu turno, os historiadores de origem romana – alguns historiadores de origem romana – criticam Augusto porque desrespeitou os valores republicanos e consideram a monarquia uma forte ameaça à liberdade tradicionalmente cultivada na *Urbs*.

Os gérmenes duma cisão. A vontade latente de um retorno. Retorno que esteve quase para acontecer quando ardentes oradores, após a morte de Calígula, em 41, numa agitada sessão do Senado, proclamavam veementemente a necessidade de voltar «ao tempo antigo». Os tempos não estavam, ainda, preparados o bastante para o retrocesso, cujas vantagens também não se vislumbravam evidentes (cf. Giovannini 1987). E bastou, então, um pretoriano encontrar Cláudio a tremer por trás dum reposteiro e levá-lo à parada apresentando-o como o sucessor ideal do falecido para que

os rumores cessassem de vez. Começava o poder militar a falar mais alto que os tribunais.

E assim foi por muitos e longos anos.

Nem no século IV, com Roma quase transformada em museu; o poder a ser manobrado do longínquo Oriente; os aristocratas a refugiarem-se, saudosos, nas suas casas de campo que vestiam de vetustos mitos; historiadores a fantasiarem uma *Historia Augusta* (cf. Paschoud 1988) ao sabor republicano... nem mesmo assim a República voltou. Nem mesmo assim os paladinos da cisão lograram romper fatalmente as malhas da convergência, por mais débeis e largas que elas se lhes apresentassem. Nem mesmo assim.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO-NUÑEZ (J. M.), «L'opposizione contro l'imperialismo romano e contro il principato nella storiografia del tempo di Augusto», *Rivista Storica dell'Antichità* 12 1982 131-141.
- CANALI (L.), «Il 'manifesto' del regime augusteo», *Rivista di Cultura Classica e Medioevale* XV 1973 1-25.
- D'ESCURAC (Henriette Pavis), «Aristocratie sénatoriale et profits commerciaux», *Ktema* 2 1977 339-355.
- ÉTIENNE (Robert), *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*. Paris, 1974 (reimpressão da 1ª edição, de 1958).
- GABBA (Emílio), *Esercito e Società nella Tarda Repubblica Romana*. Firenze, 1973.
- GIOVANNINI (A.) (ed.), *Oppositions et Résistances à l'Empire d'Auguste à Trajan*. Paris, 1987.
- GRIMAL (Pierre), *Virgile ou la Seconde Naissance de Rome*. Paris, 1985.
- GUARINO (A.), «Gli aspetti giuridici del principato», *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*, Berlin, II 13 1980 3-60.
- JOLY (Denise), «La bucolique au service de l'Empire: Calpurnius interprète de Virgile», in *L'Idéologie de l'Impérialisme Romain* (Colloque 18-19/10/1972), Paris, 1974, 42-65.
- LEVI (A.), «Il regno delle api e la *Domus Augusta*», *La Parola del Passato* 38 1983 327-346.
- NETO (João Ângelo Oliva), «O mito de Eneias e a elegia de Propércio», *Classica* 02 1989 89-98.

- NICOLET (Claude), *L'ordre équestre à l'époque républicaine (312-43 av. J. C.), I: Définitions Juridiques et Structures Sociales*. Paris, 1966.
- PASCHOUD (François), «La *Storia Augusta* come testimonianza e riflesso della crisi d'identità degli ultimi intellettuali pagani in Occidente», in *I Cristiani e l'Impero nel IV Secolo* (Colloquio sul Cristianesimo nel mondo antico), a cura di Giorgio Bonamente e Aldo Nestori. Macerata, 1988, 155-169.
- PEREIRA (Maria Helena da Rocha), *Romana (Antologia da Cultura Latina)*. Coimbra, 1994. Tem, nas p. 109-121, a tradução das *Res Gestae*.
- Le Projet de Vitruve: Object, destinataires et réception du De Architectura*. Actes du Colloque International (Roma, 26-27 Mars 1992). Paris, 1994.
- ROULAND (Norbert), *Rome, Démocratie Impossible? (Les Acteurs du Pouvoir dans la Cité Romaine)*. Le Paradou, 1981.
- ROYO (Manuel), *Domus Imperatoriae (Topographie, formation et imaginaire des palais impériaux du Palatin)*. Paris, 1999.
- RUA (Helena), *Os Dez Livros de Architectura de Vitruvius*. Lisboa, 1998.
- SGOLUPPI (F. Borghesi), «Aspectos económicos y sociales de la crisis de la República», *Semanas de Estudios Romanos* (Universidad Católica de Valparaiso) I 1977 35-48.
- THORTON (M. K.), «Julio-Claudian building programs: eat, drink and be merry», *Historia* 35 (1) 1986 28-44.
- VEYRAC (Alain), *Le Symbolisme de l'As de Nîmes au Crocodile*. Montagnac, 1998.